

**DE PORTAS ADENTRO E DE PORTAS AFORA:
TRABALHO DOMÉSTICO E ESCRAVIDÃO NO RECIFE,
1822-1850**

*Marcus J. M. de Carvalho**

O Recife da primeira metade do século XIX foi objeto de relevantes estudos preocupados principalmente com o chamado Ciclo das Insurreições Liberais do Nordeste. Nessa época, a cidade passava por um processo de expansão mercantil e demográfica, enquanto suas ruas eram palco de agitações políticas informadas por um discurso que tinha entre suas palavras de ordem liberdade e civilização. O objetivo deste artigo é aproveitar a contextualização oferecida pela historiografia sobre estes assuntos, para investigar o mercado de trabalho doméstico nessa época e o tenso cotidiano interativo entre as cativas, suas senhoras e os homens da casa. Pretende-se assim contribuir também para a literatura sobre os primórdios da transição do trabalho escravo para o livre, ainda nos últimos anos de vigência do tráfico atlântico.

Nosso ponto de partida é a crítica que tem sido feita, já faz algum tempo, ao conceito tradicional de patriarcalismo utilizado por Gilberto Freyre e outros. A historiografia recente tem demonstrado que não faltaram mulheres à frente de famílias e negócios. Muitas tinham proles ilegítimas e parceiros variados, apesar dos limites impostos pela maternidade a uma

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco. Esta pesquisa foi realizada com o apoio do CNPq.

atuação política mais afirmativa.¹ Nos escalões mais baixos, as mesmas pressões econômicas e sociais que oprimiam ainda mais a mulher também a impeliam à rua em busca de emprego e vivências alternativas. Neste artigo, entendemos o patriarcalismo como um contexto relacional, um processo tenso, de cuja construção as mulheres também participavam. A dinâmica deste feixe de tensões eventualmente também poderia voltar-se contra os homens, uma vez que a eles eram atribuídas pesadas regras de honra e o dever de prover o sustento das mulheres da família, uma obrigação que nem sempre eram capazes de cumprir. Ao jogar com essas contradições, algumas mulheres aprendiam a gerenciar melhor suas relações com os homens, aumentando sua esfera de atuação, pressionando os limites dos rígidos códigos patriarcais de conduta. Conquistavam assim espaços políticos e econômicos que normalmente lhes seriam vedados. O estudo do emprego doméstico também permite entender um pouco melhor esses processos.

No Recife oitocentista, o comércio urbano prometia trabalho para os pobres com alguma qualificação e lucros para os negociantes. A política abria poucas oportunidades para os desafortunados, mas como oferecia muitas para os poderosos, terminava também criando empregos, pois os proprietários, os negociantes, a fina camada média e suas famílias eram usuários de todos os confortos, luxos e melindres proporcionados por serviços e apaniguados. Do outro lado do espectro social, a possibilidade de encontrar trabalho doméstico nos sobrados urbanos atraía a população feminina livre e liberta que morava nas propriedades rurais adjacentes ao Recife, onde a posse da terra era no mínimo precária. Uma vez na cidade, ingressavam no mercado consumindo os produ-

¹ Sobre este assunto, veja-se June Hahner, "Women and Work in Brazil, 1850-1920: A Preliminary Investigation", in Dauril Alden e Warren Dean (orgs.), *Essays Concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese India* (Gainesville, University of Florida Press, 1977), pp. 87-117; Leila Algranti, *Honradas e devotas: mulheres na Colônia*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1993; Mary Del Priore, *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1993; Maria Luiza Marcílio, *Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil*, São Paulo, Loyola, 1993; Eni Mesquita Samara, "O discurso e a construção da identidade de gênero na América Latina", Texto 01, São Paulo, USP/CEHDFAL, (1996); Maria Beatriz Nizza da Silva, *História da família no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. Sobre o peso das pressões sociais sobre os homens, veja-se Peter Beattie, "Conflicting Penile Codes: Modern Masculinity and Sodomy in the Brazilian Military, 1860-1916", in D. Balderston e D. Guy (orgs.), *Sex and Sexuality in Latin America* (New York, New York University Press, 1996).

tos baratos do comércio a retalho e os alimentos produzidos nas terras de antigos engenhos engolidos pela cidade.

É bom lembrar que o desemprego, a vagabundagem, a mendicância eram problemas crônicos na cidade. Assim, para a gente que imigrava do interior, as oportunidades poderiam ser mais ilusórias que reais. Todavia, não era somente a perspectiva de emprego que atraía mulheres para o Recife. A dinâmica da vida urbana, em si, era um atrativo. Dinâmica multiplicada no imaginário construído no meio rural sobre a cidade, apresentada como lugar do pecado e da liberdade. A atração era, portanto, maior para aquela parcela da população feminina que tentava valer sua vontade enfrentando as duras regras não-escritas do patriarcado rural.

Regra geral, qualquer que fosse sua classe, uma mulher estava abaixo de todos os homens da mesma condição. No interior patriarcal, sua posição social dependia daquela dos homens da família. Na cidade, a regra era a mesma, mas havia mais oportunidades de sobrevivência para mulheres sozinhas. A concentração populacional e a maior mobilidade física dos habitantes nas ruas, nos pátios das igrejas, nas pontes, chafarizes, praças e pontos de encontro em geral, facilitavam a socialização. Era mais fácil trançar relações significativas com maior independência do que permitiam os rígidos códigos morais, mais facilmente aplicáveis nas acanhadas comunidades rurais, onde a convivência com a vizinhança tolhia qualquer autonomia.

Sintomático de uma possível maior licenciosidade sexual, eram os nascimentos ilegítimos efetivamente registrados nas igrejas do Recife, em comparação com o interior. Nos anos de 1838 e 1839, os párocos de várias freguesias pernambucanas mandaram mapas dos batismos de filhos legítimos e naturais. Nos três bairros centrais da cidade (Recife, Santo Antônio e Boa Vista), 46 por cento das crianças batizadas em 1838 e 51 por cento em 1839 eram filhos naturais. Já nas freguesias açucareiras de Jaboatão, Ipojuca, Cabo e Goiana, elas somavam apenas 25 por cento em 1838 e 27 por cento em 1839.² Para manter esses filhos, era inevitável procurar emprego.

² “Filhos legítimos e naturais”, in Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política de Pernambuco* (Recife, Conselho Estadual de Cultura, 1979 [orig. 1852]), p. 297.

Os dados demográficos disponíveis confirmam a possibilidade de ter havido um razoável movimento de mulheres do interior para a cidade nessa época. O Recife acompanhou o crescimento de outras cidades ligadas ao comércio atlântico na primeira metade do século XIX. Apesar da violência, do desemprego, das recorrentes epidemias, a população dos seus bairros centrais aumentou, saltando de 25.678 para 40.977 habitantes, de acordo com contagens publicadas em 1828 e 1856 respectivamente.³ Somada esta população aos moradores dos subúrbios, haveria uns cem mil habitantes em torno do eixo Recife/Olinda por volta da metade do século.

Observando atentamente essas duas contagens, chama atenção a predominância feminina nos bairros residenciais centrais da cidade. A contagem publicada em 1828 – a mais detalhada de que dispomos – divide a população de cada bairro por sexo e condição legal. As mulheres livres e libertas eram maioria absoluta em todos os bairros do perímetro urbano do Recife. As escravas eram franca minoria entre os cativos arrolados no bairro portuário (que deu o nome à cidade do Recife), mas eram majoritárias em Santo Antônio, uma ilha que condensava as disparidades sociais: de um lado, funcionava o comércio a retalho de luxo e sobrados residenciais; do outro lado, o futuro bairro de São José, onde morava uma população mais pobre, inclusive escravos de ganho. Na Boa Vista, bairro residencial, havia um relativo equilíbrio entre os sexos no que se refere à população cativa. As mulheres livres eram a maioria da população. Sendo menos detalhada, a contagem publicada em 1856 não permite comparações precisas, mas a partir dela, percebe-se que as mulheres como um todo só não eram maioria no bairro portuário do Recife, onde predominavam atividades masculinas.

Qualquer reflexão superficial sobre a demografia oitocentista é suficiente para lembrar que as rebeliões e a criminalidade matavam mais homens do que mulheres. Também é sabido que, por ser passível de recrutamento, a população masculina costumava se esconder dos re-

³ “Mapa demonstrativo das diversas povoações, vilas e cidades da província, indicando por comarcas, municípios e freguesias o número de casas, fogos, almas e lojas que contém cada uma delas”, in Figueira de Mello, *Ensaio sobre a Estatística*. (Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano-APEJE); “Relação Numérica da População Livre e Escrava do Primeiro Distrito do Termo do Recife”, 10/01/1856.

censeadores. Todavia, não se pode relegar o fato de que as mulheres eram maioria em ambas as contagens, justamente nos bairros onde provavelmente havia uma maior demanda tanto por cativas, como por trabalhadoras livres e libertas que migravam do interior para a cidade em busca de emprego doméstico. Comparando a contagem de 1828 com a de 1856, percebe-se que a principal diferença entre ambas foi o aumento da população livre e liberta de 17.743 para 33.270 pessoas. Um salto de mais de 85 por cento em 27 anos. A população cativa, todavia, caiu de 7.935 para 7.707 pessoas entre essas datas. Esta queda não surpreende devido ao declínio do tráfico atlântico para Pernambuco na segunda metade da década de 1840 e ao seu colapso final nos anos 1850, quando houve um aumento das exportações para o Sudeste e deslocamento de escravos urbanos para o interior.⁴

Esses dados indicam que a demanda por trabalhadoras não poderia ser totalmente suprida por cativas. Já havia começado em Pernambuco a substituição gradual do trabalho escravo pelo trabalho livre. Um processo que inevitavelmente transbordaria para o espaço doméstico. Mas o que importa salientar aqui é que antes do final do tráfico, havia mulheres livres disponíveis para trabalhar tanto no comércio quanto nas casas. Eventualmente serviriam lado a lado com escravas, afinal de contas a tão falada transição para o trabalho livre não foi um processo linear. Não é preciso muita imaginação para perceber também que a existência de escravas aptas para o trabalho doméstico servia para comprimir ainda mais os salários oferecidos às trabalhadoras não especializadas. A imprensa refletia a possível convivência de trabalhadoras livres e escravas no ambiente de trabalho, ao colocar na mesma seção do jornal, tanto os anúncios de compra, venda e aluguel de escravas, quanto aqueles de mulheres livres buscando emprego doméstico, ou patrões querendo contratá-las.

No período aqui enfocado, a população urbana estava imersa num momento político complexo que não pode ser perdido de vista. Para as negras, o desregramento nas ruas certamente influiu nas possibilidades de fuga naqueles anos. E também deve ter havido muito sofrimento,

⁴ Sobre o tráfico para Pernambuco nesta época, veja-se: Marcus J. M. de Carvalho, *Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo, Recife 1822-1850*, Recife, Editora da UFPE, 1998, parte II, passim.

afinal de contas era sobre os mais humildes que pesavam mais as punições. Para as mulheres das elites, os anos vinte a quarenta também foram no mínimo tensos. A neutralidade era uma posição difícil de ser mantida por seus maridos, irmãos e filhos. No que diz respeito à vida doméstica, a discussão sobre o que era civilização, pátria, nação também teve seus reflexos, pois o domicílio era um microcosmo onde operariam alguns desses conceitos. A luta contra a “feudalidade”, os “pés-de-chumbo”, os resquícios do período colonial tinha sua contrapartida domiciliar na construção de um discurso sobre a família, sobre a mulher civilizada. Mulher que deveria estar apta a entender as luzes do século.

O domicílio servia como metáfora para a pátria. A família, para o povo. No lar deveria imperar não só a honra, mas também a racionalidade, a higiene, o secularismo. A proposição iluminista de uma educação universal era um ideal inatingível. Mas para as elites, educar os filhos era mais do que uma obrigação. A rua, os negros, os africanos, eram parte de um espaço que deveria ser reformulado dentro de uma retórica científica, racionalista, para que não maculasse o processo civilizatório que se buscava implantar dentro do espaço doméstico. Esse discurso ajudaria a legitimar a paulatina substituição das cativas por domésticas livres e/ou libertas, mesmo que as rotinas da casa tenham permanecido praticamente inalteradas no período aqui considerado.

Apesar da maior parte da historiografia sobre o sistema escravista se concentrar no estudo do trabalho masculino, o problema do trabalho doméstico feminino é inseparável da própria noção de escravidão. As índias foram as primeiras pessoas escravizadas pelos europeus no Brasil, adquiridas ou tomadas aos povos da costa em meio às transações com pau-brasil. Segundo Gerda Lerner, as mulheres foram as primeiras cativas da Antiguidade, pois os homens aprisionados eram quase que invariavelmente imolados. A sobrevivência da prisioneira legitimava sua exploração. As instituições formativas do que conhecemos como escravidão, portanto, nasceram amalgamadas à subordinação feminina.⁵

⁵ Gerda Lerner, “Women and Slavery”, *Slavery and Abolition*, vol. 4, nº 3 (1983), pp. 174-177.

A partir dessa relação primária, foram sendo urdidas uma série de estruturas culturais que teriam uma imensa influência nas relações entre os gêneros no que diz respeito ao trabalho, de tal forma que na maioria das sociedades a divisão sexual do trabalho precede a condição socioeconômica dos agentes. Certas atividades, originalmente pouco honrosas, tornaram-se próprias de mulheres, fossem elas de condição livre ou escrava. Orlando Patterson notou inclusive que a escravização era uma emasculação simbólica do homem. O escravo era muitas vezes obrigado a fazer trabalho feminino, como era o caso da agricultura entre muitos dos povos escravizados no Novo Mundo.⁶

A maioria dos serviços domésticos enquadrava-se neste caso. Era trabalho feminino, qualquer que fosse a condição legal de quem o executasse. Mas alguns trabalhos “de portas afora” também eram atribuídos a mulheres. Entre as tarefas das amas estava fazer as compras da casa, buscar água, e até levar meninos e meninas às aulas. Havia escravas treinadas para estas funções, permitindo a permanência da sinhá no lar, fosse por escolha própria ou pelas imposições patriarcais que limitavam o acesso das mulheres honradas à rua. No espaço público, a pessoa estava exposta ao risco de roubo, assédio sexual, algazarras e tudo que em nada convinha às noções de honra oitocentistas.

Além disso, algumas atividades “de portas afora” não eram assim tão simples. Fazer as compras, por exemplo, exigia alguma experiência, saber ao menos escolher os produtos da feira, conferir o troco, conhecer as ruas da cidade. O resultado é que nem todas as mulheres livres adequavam-se a essas exigências. Isto ficava expresso em alguns anúncios, como no caso de uma jovem branca que se ofereceu para trabalhar em casa de pouca família, para todo o serviço, “menos comprar na rua”.⁷ Claro que sempre houve forras e livres empregadas no comércio

⁶ Seguindo uma tradição historiográfica bastante extensa, ensina Orlando Patterson que a escravização pode implicar na emasculação social do homem, submetendo-o a uma dupla humilhação: a do trabalho forçado e a de exercer um trabalho feminino, como era o caso da agricultura e dos trabalhos domésticos para os bantus ou para os nativos da costa do Brasil no século XVI. Nas cidades, o comércio ambulante de alimentos e o trabalho de cozinha eram atribuídos às negras. Os escravos empregados nesses ofícios, portanto, eram também socialmente castrados pela escravidão. Orlando Patterson, *Slavery and Social Death: A Comparative Study*, Cambridge, Harvard University Press, 1982, *passim*.

⁷ *Diário de Pernambuco* (Recife), 12/02/1845.

ambulante. Não havia muitas alternativas de emprego. Todavia, sendo possível escolher, os trabalhos de porta fora podiam não ser os preferidos, pois a rua não era percebida como um lugar seguro, muito menos decente. Era espaço ocupado por negros, mendigos, desempregados e prostitutas.

O caso da liberta Gertrudes, de nação rebole, é emblemático dessas circunstâncias. Depois de se casar com o mina Francisco, também liberto, foi morar na casa da ex-senhora do marido. A convivência doméstica tornou-se impossível quando Gertrudes, com o apoio de Francisco, recusou-se a trabalhar fora de casa. Admitia que faria qualquer serviço, menos sair pelas ruas vendendo de tabuleiro como queria Dona Maria, que havia alforriado Francisco sob a condição de servi-la até sua morte e que, portanto, esperava não apenas a subserviência do liberto, mas também de sua esposa. É significativo que em nenhum momento nos autos Dona Maria tenha alegado que o serviço fora de casa era algo decente, mesmo tendo outras negras trabalhando para ela na rua. Ao contrário, através do seu advogado, afirmou solenemente que jamais exigiu isso de Gertrudes. Admitia assim, tacitamente, que não era razoável fazer este tipo de exigência à esposa de Francisco, uma liberta que antes fora escrava de uma freira recolhida.⁸

Havia assim uma noção popular de honra que impelia a mulher a evitar a rua, um espaço masculino nos códigos patriarcais. Só a pobreza poderia forçá-la a agir diferente. Era para não haver possibilidade de dúvida sobre a moralidade das atividades que aceitaria exercer, que uma mulher livre se oferecia para fazer todo o serviço da casa e mesmo da rua “se for decente como comprar”.⁹ O trabalho de vendeira, quando feito por mulher jovem, era frequentemente associado à prostituição. Prostituição que não era, como ainda não é, necessariamente uma ocupação definitiva. Podia ser temporária, enquanto não apareciam alternativas de emprego menos mal vistas ou um casamento que garantisse o sustento pessoal e da prole. Isso é claro, sem deixar de admitir que

⁸ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGPE), Tribunal da Relação: *Apelação civil vinda do juízo da Correição da Cidade de Olinda, 1824-1828. Apelante Francisco da Costa. Apelada Maria Lús Monteiro.*

⁹ *Diário de Pernambuco* (Recife), 31/07/1847.

havia pessoas que de fato escolhiam a relativa independência, o erotismo e a aventura implícita na antiga profissão, que ao conferir autonomia à mulher solteira, contradizia as normas que regiam à família nuclear.¹⁰ Para a mulher, desonra e autonomia andavam juntas.

Foi exatamente este o problema da “africana livre” Cândida Maria da Conceição, em 1843. Ao requerer em juízo sua emancipação, pensava que a autonomia adquirida em 11 anos de Brasil era a prova de sua capacidade de “viver sobre si”, garantindo-lhe a liberdade legal plena. Todavia, esta mesma autonomia foi utilizada contra ela por sua senhora, cujo marido havia arrematado a africana em hasta pública no Recife em 1832, após a apreensão de Cândida. Para a negra, o fato de estar sempre alugada, morando sozinha, arrolando dois brancos como testemunhas de sua capacidade de manter-se, demonstravam que ela poderia se emancipar antes dos 14 anos de serviço exigidos dos africanos livres pela lei.¹¹ Como Cândida foi leiloada em janeiro de 1832, restavam ainda três anos para que recebesse sua carta quando ingressou com uma ação de justificação contra sua senhora. Cândida dizia-se boa cristã e capaz de prestar “boas contas do negócio em que se acha encarregada”. Segundo seu advogado, com a renda de seu trabalho de fateira, já pagara fartamente o preço por que fora arrematada, pois rendia 15 mil réis mensais.¹²

¹⁰ Sabe-se pouco sobre a prostituição de escravas no Brasil antes de 1850. Sobre a prostituição como forma de transgressão dos códigos de sexualidade dominantes, ver Magali Engel, *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na Cidade do Rio de Janeiro, 1850-1890*, São Paulo, Brasiliense, 1990; Margareth Rago, *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. Sobre a prostituição como meio de aquisição judicial da alforria, veja-se Sandra Lauderdale Graham, “O impasse da escravatura: prostitutas escravas, suas senhoras e a lei brasileira de 1871”, *Acervo*, vol. 9 (1996), pp. 31-67. Para uma discussão da literatura sobre o assunto, veja-se ainda Sueann Caulfield, “Women of Vice, Virtue and Rebellion: New Studies of Representation of the Female in Latin America”, *Latin American Research Review*, vol. 28, nº 2 (1993), pp. 163-174.

¹¹ De acordo com a lei de 7 de novembro de 1831, os africanos livres deveriam ser alimentados, vestidos e cuidados por quem arrematasse seus serviços em hasta pública até adquirirem a plena capacidade de reger suas pessoas, ou então depois que se passassem 14 anos. Sobre os africanos livres veja-se: Robert Conrad, *The Destruction of Brazilian Slavery, 1850-1888*, Berkeley, University of California Press, 1972, pp. 41-45. Beatriz Gallotti Mamigonian, “To be a liberated African in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century” (Tese de Doutorado, University of Waterloo, 2002).

¹² IAHGPE, Tribunal da Relação, Apelação Crime do Juízo de Direito do Crime da Primeira Vara desta Cidade do Recife. Apelante: A africana Cândida Maria da Conceição. Apelada: Dona Anna Nobre Ferreira, fl. 2, 25 verso.

Mas Dona Anna pensava diferente e através do seu advogado contraditou os argumentos de Cândida, asseverando que aquela não era a primeira vez que a negra, “seduzida e de mãos dadas com seus adoradores”, tentava adquirir sua liberdade. Os dois brancos que testemunharam em seu favor não teriam a respeitabilidade necessária pois eram taberneiros, moradores na mesma rua onde a negra alugara uma casa. Segundo o mesmo advogado, ela entregara-se a “orgias e devassidão para o que, na verdade, está magistralmente habilitada”.¹³ Enquanto Cândida alegava que o fato de ter sido sempre alugada, pagando semanalmente à senhora, provava sua capacidade de gerir sua vida, a outra parte dizia exatamente o contrário: o fato de estar sempre alugada, morando só, provava sua devassidão, imoralidade, e incapacidade de reger sua própria pessoa. São inúmeras as insinuações do advogado de Dona Anna de que Cândida não tinha honra. Para ele, tudo que a africana livre desejava era “com mais liberdade dar pasto a seus libidinosos fins”.¹⁴

Nunca saberemos os verdadeiros segredos das partes neste processo. Mas sabemos que o arrematante de uma africana livre, regra geral, esperava que trabalhasse como qualquer escrava no mínimo pelos quatorze anos estipulados em lei. Sabemos também que a prostituição real, escancarada nas noites das ruas e pontes da cidade, é um assunto difícil de ser apreendido nos relatos legados pelos antepassados. Os homens que escreviam as fontes aqui empregadas percebiam o tema através das lentes do seu tempo. O problema maior não era o tabu em si, mas a profunda hipocrisia masculina em relação ao problema. Dependia deles a demanda pelo serviço e, no entanto achavam necessário reprimir as prostitutas, afastá-las o máximo possível dos arranjos familiares sancionados pelo casamento cristão.

Esta atitude teve repercussão na produção de fontes para a História, pois, mesmo sendo uma questão de polícia, não convinha aos contemporâneos se estenderem muito nos relatórios oficiais com um assunto tão incômodo. Apesar de tudo, a prostituição era comum e às claras. O viajante Tollenare não viu mulheres brancas nas ruas em 1817, mas observou que nas pontes da cidade “as jovens e bonitas mulatas, rica-

¹³ Ibid. pp. 14-16.

¹⁴ Ibid. p. 35.

mente adornadas sob a capa negra que lhes agasalha a cabeça, mas que tem a habilidade de deixar cair de tempos em tempos por acaso, vêm ali atirar as redes da sedução; os seus pés, cuidadosamente calçados de sapatinhos de cetim branco, vêm topar com os dos homens sentados e distraídos; elas pedem desculpas, mas o seu olhar negro e vivo vos diz que aquilo foi um mero pretexto”.¹⁵

Na metade do século, Figueira de Mello, o organizador das estatísticas provinciais escreveu: “como em todo o império [...], as pretas em geral e uma grande parte das outras classes inferiores da sociedade, pertencentes ao sexo feminino, se entregam mais ou menos à prostituição”.¹⁶ Nísia Floresta, que viveu em Pernambuco em anos intercalados entre o final da década de 1810 e o começo dos anos 1830, concordava com os comentários de Saint Hilaire a respeito do enorme número de prostitutas no Brasil. Segundo esta precursora do abolicionismo, isso se devia ao escravismo, que não deixava muitas alternativas econômicas às jovens dos estratos mais baixos. Para ela, a falta de uma educação adequada, aliada aos hábitos próprios de uma sociedade escravista, tornava as mulheres indolentes. Inclusive as pobres que terminavam absorvendo alguns dos hábitos das camadas mais abastadas, que desprezavam os trabalhos manuais. De acordo com Nísia Floresta: “Vê-se freqüentemente a filha do empregado inferior, e mesmo do artesão, cujo trabalho apenas lhe dá para o sustento cotidiano, ostentar o luxo da filha do abastado”.¹⁷ Criadas nesse contexto cultural, as mulheres pobres terminavam também percebendo o homem como provedor, fonte de sustento. Quando não se arrumava um marido, a prostituição era uma alternativa de sobrevivência para a qual havia sempre um mercado aberto, algum homem disposto a pagar.

A lei proibia, mas não era fácil coibir a prostituição, mesmo porque a repressão praticamente só se fazia sobre as mulheres, quase nunca sobre os homens. A solução, portanto, era limitar a livre circulação feminina. A partir da década de 1830, repetiram-se posturas municipais

¹⁵ L. F. Tollenare, *Notas Dominicais Tomadas durante uma Viagem em Portugal e no Brasil, em 1816, 1817 e 1818*, Salvador, Progresso, 1956, p. 22, 26.

¹⁶ Figueira de Mello, *Ensaio sobre a Estatística*, p. 304.

¹⁷ Nísia Floresta, *Opúsculo humanitário* (com introdução e notas de Peggy Sharpe-Valadares), Rio de Janeiro, Cortez, 1989, pp. VII-VIII, 127. [orig. 1853]

restringindo a mobilidade das pretas quitandeiras, que costumavam fazer “derrços com os negros”. Tentava-se ainda estabelecer um horário para o recolhimento das cativas, geralmente às 20 horas.¹⁸ Isso nem sempre era possível de implementar. Como lembra Michelle Perrot, a falta de espaço doméstico próprio impelia a mulher pobre a ocupar o espaço público.¹⁹ O Brasil não era uma exceção. Não havia alternativa à mulher pobre sozinha a não ser buscar trabalho – qualquer um. Quanto às escravas, essas tinham que obedecer e o trabalho “de portas afora” não era apenas um conforto para a classe senhorial, mas também uma maneira de poupar às mulheres mais abastadas do vexame de ter que freqüentar as ruas por absoluta necessidade.

Aquelas que queriam ter respeitabilidade evitavam a rua. Haviam internalizado uma noção de honra herdada da península ibérica, onde as mulheres costumavam ser também segregadas antes do XVIII e até depois. No século XIX ainda era cedo para se atacar abertamente essas noções. Ensina Joan Landes que, na Europa, o espaço público foi uma construção masculina da virada do século XVIII. Apesar do avanço geral dos ideais de liberdade, o espaço público excluiu a mulher da política. Neste aspecto, o Iluminismo não foi libertário.²⁰ O resultado da segregação espacial feminina era uma confusão semântica que perdura até os dias de hoje. “Mulher pública” era sinônimo de prostituta na Europa, e também no Brasil, como deixou claro uma testemunha num processo judicial, em 1829, ao se referir dessa forma às trabalhadoras da noite numa casa de má fama no Recife.²¹ A prostituição espalhava-se pelas ruas e pontes da cidade. Nas imediações do forte das Cinco Pontas, as “vivandeiras” causavam desordens. Do outro lado da ilha de Santo Antônio, “meretrizes escandalosas” incomodavam a Câmara.²²

¹⁸ As Posturas Municipais foram publicadas, por partes, no *Diário de Pernambuco* (Recife), entre 10 e 29 de dezembro de 1831.

¹⁹ Michelle Perrot, *Mulheres Públicas*, São Paulo, UNESP, 1997, p. 47.

²⁰ Joan Landes, *Women and the Public Sphere in the Age of the French Revolution*, Ithaca, Cornell University Press, 1994, p. 7 e *passim*.

²¹ IAHGPE, “Agravo de Francisco Xavier Pereira de Oliveira ao Tribunal da Relação, 1829”.

²² Ofício de 28/07/1831 e Ata da Câmara Municipal de 23/07/1831 in *Diário de Pernambuco* (Recife), 05/08/1831. Veja-se também: Mário Sette, *Arruar: História Pitoresca do Recife Antigo*, Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1978, pp. 46-47.

Um dos pontos do *trottoir* era na atual rua do Imperador, no coração do então aristocrático bairro de Santo Antônio.²³ Em 1838, um quadro enumerando as prisões feitas na província indicava 169 pessoas “sem ofício”. Segundo anotação do próprio autor da tabela, esse grupo constituía-se “quase na totalidade [de] meretrizes”.²⁴

Prostitutas brancas também existiam há muito tempo. As que viveram no Recife durante a ocupação holandesa (1630-54), como Maria dos Cabelos de Fogo,²⁵ iriam inspirar versos de Chico Buarque de Holanda em pleno século XX. Deviam cobrar mais por seus serviços devido a um dado cultural da clientela: os homens eram racistas. Seria ingênuo pensar que aqueles que se percebiam como brancos não implementassem suas preferências raciais no terreno sexual. Gilberto Freyre apontou que a impregnação, causada pela amamentação feita por negras, influenciou a formação da libido masculina nos lares patriarcais. Mas a impregnação somente não explica os desejos humanos, muito menos os padrões estéticos de uma dada sociedade. Beleza é uma noção cultural. É percebida por uns. Por outros não. Senhores e escravos não tinham necessariamente as mesmas percepções estéticas. Mahommah Baquaqua foi escravo no Recife na metade dos anos 1840. Seu senhor possuía uma jovem que Baquaqua considerava muito bonita e, no entanto a tratava com extrema crueldade.²⁶ O mercado para prostitutas de luxo, portanto, não dependia somente de considerações econômicas. O referencial estético das camadas dominantes era branco

Havia mulheres trazidas de longe para as casas noturnas. Nas décadas de 1840 e 1850, milhares de pessoas vieram de Açores e do interior de Portugal, seduzidas por promessas de emprego fácil. Tal como

²³ IAHGPE, Correspondência do Presidente da Província com a Câmara do Recife, Relatório da Comissão de Salubridade, 20/07/1848.

²⁴ “Mapa da prefeitura de polícia do ano de 1838, relativamente ao número de presos, sua condição, naturalidade, cor, estado e profissão” (Recife), apud Figueira de Mello, *Ensaio sobre a Estatística*, p. 232.

²⁵ José Antônio Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, Recife, Secretaria de Educação, 1978, p. 124.

²⁶ “*The man whom I was again sold was very cruel indeed. He bought two females at the time he bought me; one of them was a very beautiful girl, and he treated her with shocking barbarity.*” In Samuel Moore, (compilador), *An Interesting Narrative: Biography of Mahommah G. Baquaqua*, Detroit, Geo E. Pomeroy and Co., Tribune Office, 1854, p. 47.

os *indentured servants* da América do Norte, viajavam sob a promessa de somente desembarcar quando encontrassem alguém disposto a cobrir o custo da passagem, que era mais cara do que se fosse comprada em circunstâncias normais. Algumas centenas vieram para o Recife em navios superlotados durante a década de 1840. Essa prática abusiva era chamada pelas autoridades consulares lusitanas de “tráfico de escravatura branca”.²⁷ Havia verdadeiros leilões dentro das embarcações, que paravam no Recife primeiro, seguindo para Salvador e Rio de Janeiro, onde a maioria desembarcava. As jovens mais bonitas alcançavam os melhores preços ainda no convés. Depois eram levadas para as casas noturnas do Recife. A escolha não era delas, mas de quem arrematava seus serviços pelo valor da passagem. Houve pelo menos um caso de estupro bem documentado.²⁸

A violência sexual podia ser o começo de um trajeto difícil de contornar. Nem sempre era possível interromper – muito menos esconder – uma gravidez indesejada. A notícia espalhava-se. A desonra era inevitável, diminuindo as chances de casamento com parceiros num degrau acima na escala social ou até no mesmo patamar. Para os homens das camadas superiores era normal tentar seduzir as escravas e agregadas da casa. Se não desse certo a persuasão, promessas, ilusões, recorria-se à violência. Mesmo porque o estupro poderia ser justificado sob o pretexto de que eram as mulheres que seduziam os homens, uma percepção dos perigos da carne herdada do período colonial e que continuaria marcando o saber médico pelo século XIX adiante.²⁹ A violência era assim mitigada, reduzida a uma intensificação da libido masculina. O galanteio agressivo às mulheres de condição subalterna era tão corriqueiro, que praticamente era esperado que os homens se compor-

²⁷ Marcus J. M. de Carvalho, “O tráfico de escravatura branca para Pernambuco no ocaso do tráfico de escravos”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 167, (1991), pp. 22-51.

²⁸ *O Echo Pernambucano, Jornal Político, Social e Noticioso* (Recife), 20/01/1854, 27/01/1854. *O Cosmopolita* (Recife), 31/12/1853, 04/03/1854. Ministério dos Negócios Estrangeiros (Lisboa): Correspondência Consular, Pernambuco, 17/10/1854.

²⁹ Veja-se Mary Del Priore, “Magia e medicina na Colônia: o corpo feminino”, in idem (org.), *História das mulheres no Brasil*, (São Paulo, UNESP/Contexto, 1997), pp. 78-114; Magali Engel, “Psiquiatria e feminilidade”, in del Priori, *História das mulheres*, pp. 332-333.

tassem desta maneira. Não é de todo exagerado dizer que se tornou aquilo que Bourdieu chamou de *habitus*, um ato condicionado que não exige nenhuma reflexão prévia, e que neste caso era resultante da construção social do sexo numa dada sociedade.³⁰

Não é surpreendente que essas práticas terminassem transbordando para as relações com as mulheres em geral, qualquer que fosse a cor da sua pele, nacionalidade ou condição jurídica. Dentro de casa, portanto, não era incomum exigirem-se favores sexuais como parte das obrigações devidas pelas empregadas, fossem elas escravas ou livres. Mesmo os estrangeiros poderiam terminar assimilando essas práticas. Na década de 1840, o engenheiro francês Vauthier conheceu um conterrâneo seu no Recife que assumiu muito bem esses padrões sexuais, mantendo uma mulher do interior em sua casa com essa finalidade.³¹ Claro que os padrões também tinham seus próprios sentimentos em relação a essas práticas, por mais distorcidos que pareçam ao serem observados a partir da perspectiva do mundo atual. Tollenare, por exemplo, notou que os homens brancos chegavam a ter ciúmes das suas “mulatas de estimação”.³²

É esse contexto sexuado que explica a eventual presença de anúncios de escravas à venda para “serviço de homem solteiro”. Expressões deste tipo nem sempre tinham uma explícita conotação sexual. Poderiam significar apenas que havia pessoas disponíveis para servir a um homem sozinho, cozinhando, lavando roupas, tomando conta da casa. E às vezes isso ficava claro, quando era uma mulher livre que anunciava estar em busca de trabalho em residência de “homem sozinho ou de família pequena”. Mas no caso das cativas jovens, seria sempre este o significado de uma expressão assim tão carregada? O que haveria de tão valioso em uma escrava jovem, própria para servir a homens solteiros, que levaria os vendedores a enfatizar esta especialidade nos anúncios

³⁰ Sobre o conceito de *habitus*, veja-se Pierre Bourdieu, “A dominação masculina”, *Educação e Realidade*, vol. 20, nº 2 (1995), pp. 133-184.

³¹ L. L. Vauthier, “Diário íntimo de Louis Léger Vauthier”, in Gilberto Freyre, (org.), *Um engenheiro francês no Brasil* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1970), vol. 2, p. 642.

³² Tollenare, *Notas*, p. 88. Sobre o intrincado jogo político-sexual e afetivo gerado pela inevitável intimidade no ambiente doméstico, veja-se Eugene Genovese, *Roll Jordan Roll: The World the Slaves Made*, Nova York, Random House, 1981, pp. 413-431.

como se fosse uma qualidade que a valorizava no mercado? Ora, a rigor, muito mais valiosa era uma pessoa capaz de dar conta de uma família grande e seus agregados.

O que fica patente, se bem que nunca explicitado, é que havia um modelo intermediário entre a prostituição e o trabalho doméstico. Entre as práticas sexuais ilícitas da rua e as rotinas da casa de um homem solteiro — ou até casado — mesmo que não fosse essa a intenção inicial das jovens que procuravam trabalho nos sobrados do Recife. O corpo da empregada livre tornava-se parte do capital simbólico do patrão-amante. E a beleza da escrava doméstica adicionava valor ao preço. Mas nada impedia a sua venda posterior. Muito menos a demissão sumária da amante (voluntária ou não), caso livre.³³ Para evitar estes desdobramentos, não deixando dúvidas sobre a natureza dos serviços a serem prestados, alguns anúncios enfatizavam a decência dos afazeres a serem exercidos: uma “mulher honesta”, que sabia coser, se oferecia para trabalhar em 1845.³⁴ Uma viúva portuguesa, no mesmo ano, também buscava trabalho “honestamente”.³⁵ Anúncios desse tipo não eram raros.

Apesar desses riscos, trabalhar “em casa de família” (expressão ainda hoje em uso) era uma estratégia de sobrevivência menos mal vista do que virar vendeira, principalmente para mulheres brancas de alguma idade e habilidade na administração do lar e dos afazeres domésticos. Na década de 1840, já eram razoavelmente comuns anúncios, tanto de mulheres livres em busca de emprego doméstico como de pessoas procurando contratá-las. Assumindo o racismo dos patrões e patroas, é natural que também houvesse preferências nesse terreno. Havia uma demanda por serviços brancos, tanto mais necessários na medida em que subia a esca-

³³ A personagem Bertoleza, d' *O Cortiço*, incorpora essa possibilidade. Ainda jovem, ao fugir do senhor, encontra amparo nos braços de João Romão, o negociante dono do cortiço. Trabalha anos a fio, construindo a fortuna do seu amante/senhor, que lhe engana, fingindo tê-la alforriado. Anos depois, João Romão resolve nobilitar-se casando-se com a filha do vizinho, branca de sobrenome importante mesmo que sem fortuna. Ante os protestos de Bertoleza, João Romão simplesmente chama o antigo senhor da cativa para resgatá-la. Descobrimo finalmente que havia sido enganada por anos a fio, Bertoleza suicida-se ante a chegada do seu antigo senhor acompanhado de homens para levá-la de volta. Aluísio de Azevedo, *O Cortiço*, São Paulo, Ediouro, 1973. [orig. 1890]

³⁴ *Diário de Pernambuco* (Recife), 11/03/45.

³⁵ *Diário de Pernambuco* (Recife), 22/09/1845.

la social do empregador. A cor da pele e a origem do empregado serviam à ostentação. Vauthier observou que as famílias mais abastadas não empregavam negros como cocheiros mas alemães ou franceses.³⁶

Seguindo esta tendência, algumas famílias preferiam governantas estrangeiras, mesmo que custassem mais caro. Em 1847, um anunciante precisava de “uma portuguesa que tenha bastante prática de dirigir uma casa de portas adentro”.³⁷ Uma semana depois, uma “casa de pouca família” procurava uma “senhora branca nacional ou estrangeira”, que soubesse bem coser, engomar e cozinhar.³⁸ Anúncios como estes se repetiam. A transição para o trabalho livre, portanto, não pode ser explicada exclusivamente pelo declínio do tráfico: afinal de contas quem anunciava era gente que podia pagar e, no entanto preferia brancas – até estrangeiras – como empregadas. O liberalismo mazombo aguçara o racismo das elites letradas.

Essa preocupação em contratar pessoas brancas era também um resultado da viragem mental, estudada por Carlos Guilherme Mota, iniciada com a abertura dos portos em 1808.³⁹ As mercadorias que invadiram o Recife trouxeram consigo a carga cultural dos locais de fabricação. As elites da periferia estavam sempre prontas a imitar o colonizador, internalizando como se fossem suas as idéias vindas do centro. Os hábitos começaram a mudar gradualmente. Alguns mais rapidamente. Quando voltou ao Recife em 1811, Henry Koster notou que, devido à influência inglesa, os habitantes já não se vestiam da mesma forma que da primeira vez que esteve no Brasil, em 1809. Algumas dessas mudanças eram meras readaptações do modo de vida senhorial. As cadeirinhas de arruar, por exemplo, apenas se tornaram mais elegantes e seus carregadores melhor vestidos, de acordo com as observações do viajante inglês.⁴⁰

Gilberto Freyre chamou esse processo ocorrido no começo do XIX de re-europeização dos costumes.⁴¹ É claro que as elites locais

³⁶ Vauthier, *Diário*, vol. 2, p. 825.

³⁷ *Diário de Pernambuco* (Recife), 06 e 07/07/1847

³⁸ *Diário de Pernambuco* (Recife), 15/07/1847

³⁹ Carlos Guilherme Mota, *Nordeste 1817*, São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 73.

⁴⁰ Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, Recife, Secretaria de Educação, 1978, pp. 202-203. [orig. 1816]

⁴¹ Gilberto Freyre, *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1977, vol. I *passim*.

sempre se deixaram fascinar pela imagem da longínqua Europa, para onde seus antepassados pensavam em voltar ricos, antes de vir ao Brasil. De pai para filho, esse sonho perdurou e era renovado cada vez que aportava um navio na cidade, descendo mais imigrantes imbuídos da mesma ilusão, realizada efetivamente por uns poucos negociantes e traficantes de escravos. Com a descolonização essa imagem ganhou um substrato mais profundo. Talvez até mais do que antes, a Europa passou a ser representada como o berço e revérbero da civilização. Paris e Londres eram os *loci* da peregrinação intelectual da elite letrada. Deixávamos de ser colônia para continuarmos a sê-lo. Não apenas economicamente, através do neocolonialismo, mas mentalmente, através de raízes ideológicas que ao serem podadas em 1822, cresceram mais viçosas. Ser independente era tornar-se igual. Civilizar-se era virar branco e europeu. Os laços coloniais foram cortados apenas para que o Brasil pudesse igualar-se.

Como metáfora da pátria, o domicílio também tinha que se civilizar. O discurso científico iluminista, com suas regras higienistas e ênfase na educação, começou a entrar nos lares. A construção da nacionalidade passava pela constituição de uma família brasileira. Família racional, civilizada. Cavalheiros e damas da sociedade queriam suas filhas educadas de acordo com as representações que tinham do que seria uma mulher europeia. Nos jornais, proliferavam anúncios de senhoras oferecendo-se para alfabetizar meninas. É sintomático dessas mudanças, que o primeiro anúncio que encontramos publicado por uma mulher no *Diário de Pernambuco* foi de uma professora, em 1827, quando o jornal começava a ser realmente diário. Dona Maria Antonia das Mercês ressaltava que era “branca” e “casada”, para que não pairassem dúvidas sobre sua respeitabilidade. Propunha-se a “ensinar a mocidade feminina a ler, escrever, contar, cozer e bordar a preço cômodo”.⁴² Anúncios desse tipo iriam se tornar cada vez mais comuns a medida em que avançava o século.

Na maioria das vezes, mesmo na década de 1840, ensinar primeiras letras apenas, não bastava. Duas senhoras *portuguesas* enfatiza-

⁴² *Diário de Pernambuco* (Recife), 20/03/1827.

ram sua versatilidade, indicando que não apenas alfabetizavam meninas, como também ensinavam “tudo mais que é indispensável para instrução de qualquer Sra”.⁴³ Junto com as parteiras, as professoras situavam-se no topo da escala de empregos para mulheres. Quando eram européias, destacavam isso no texto, ou deixavam implícitas as origens atrás de pomposos nomes como o de Dona Izabel d’Áustria, que junto com Dona Aurelia Umbelina, ensinava “a ler, escrever, contar, gramática portuguesa, geografia, história, coser, bordar de todas as qualidades, marcar, talhar, tocar piano, cantar, desenhar e dançar”.⁴⁴

As representações são essenciais no cotidiano, pois permitem-nos simplificar o mundo em que vivemos, tornando-o mais inteligível. Neste caso, ser “europeu” não era muito mais do que ter uma conduta diária imaculada por qualquer influência negra. Obviamente, isso era uma proposta utópica, como tantas outras do liberalismo mazombo. Mas era nisso que os liberais pernambucanos acreditavam e buscariam implementar apoiados pela imprensa da época. A mesma que combatia os pés de chumbo, o absolutismo. Em 1830, *O Popular* atacava seus adversários “colunas”. Em seus textos mais radicais, chegou a defender direitos iguais para brancos, pardos e negros livres e libertos.⁴⁵ Mas a maior parte dos seus artigos era crítica de costumes. Um dos seus alvos era a influência das negras na educação, um mal que deveria acabar: “A nossa primeira mestra é ordinariamente uma preta muito bruta, que nos dá de mamar, nos pensa e nos trata”.⁴⁶ *O Carapuço* era mais conservador em termos de idéias políticas. Mas vez por outra também expunha as linhas do que seria uma conduta civilizada, criticando duramente a influência das negras na educação doméstica. As esposas deveriam renunciar à preguiça, a languidez herdada de suas avós, e comandar as tarefas domésticas com rigor e competência. A escravidão só estimulava o ócio.⁴⁷ A convivência com escravas distorcia o falar

⁴³ *Diário de Pernambuco* (Recife), 15/01/1841.

⁴⁴ *Diário de Pernambuco* (Recife), 15/01/1845.

⁴⁵ *O Popular* (Recife), 07/07/1830.

⁴⁶ *O Popular* (Recife), 11/08/1830.

⁴⁷ Veja-se, por exemplo, *O Carapuço* (Recife), 16/06/1832, 17/06/1837, 23/09/1837, 27/09/1837. *O Carapuço* tentava influenciar o cotidiano dos leitores através de crônicas sobre os costumes locais. Editado pelo Padre Lopes Gama, primavera pela preservação

feminino, que terminava virando um “esgrimaço de português e africano”.⁴⁸

Da perspectiva masculina havia, todavia, um problema ainda mais grave do que esses no caminho para se alcançar os ideais da família nuclear burguesa da literatura européia que lhes chegava. Para a maioria dos homens das elites locais, a convivência com as domésticas, que eles mesmos assediavam, poderia ameaçar o controle sexual que tinham sobre suas esposas e filhas. Esta possibilidade concreta aterrorizava muito mais do que a possibilidade de africanização da fala. Poucos depoimentos são tão sinceros a esse respeito quanto o de Frederico Burlamaque que, ao defender a abolição do tráfico, apelou para esse temor para reforçar sua causa: “É impossível que uma filha criada e educada no meio de uma multidão de escravos e testemunha forçada da corrupção destas mulheres pela incontinência de seus pais e irmãos seja uma casta esposa”.⁴⁹ Em Pernambuco, dizia *O Carapuceiro*, nem as crias eram inocentes no jogo da sedução, pois faziam o papel de “correios de cupido”.⁵⁰

Era parte dessa cruzada o afrancesamento dos costumes. Embora fosse uma parceira comercial secundária, em comparação com a Inglaterra, a França exercia um verdadeiro fascínio sobre as elites brasileiras. Melhor dizendo, no meio intelectual era cultivada uma imagem da França oitocentista como se um país inteiro, com mais de um idioma corrente e uma razoável diversidade cultural, fosse apenas a terra de Voltaire, Rousseau, Saint Simon e outros pensadores que os liberais da

da moral cristã, o que implicava em manter as mulheres obedientes aos maridos, mas com um verniz de educação européia. Ao dar suas lições morais, tentando influenciar o comportamento das damas brasileiras, *O Carapuceiro* costumava plagiar textos do *Spectator* escritos cento e vinte anos antes na Inglaterra, conforme observou Pallares-Burke. Maria Lúcia Pallares-Burke, *O Carapuceiro e outros Ensaios de Tradução Cultural*, São Paulo, Hucitec, 1996, pp. 129-165. Sobre o ideário político defendido pelo periódico veja-se Luiz Sávio Almeida, “O Carapuceiro: federalismo, república e região”, in idem, *Federalismo e Região: Dois Breves Estudos* (Maceió, Edufal, 1997), pp. 37-73.

⁴⁸ *O Carapuceiro* (Recife), 16/06/1832.

⁴⁹ Frederico Leopoldo César Burlamaque, “Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica”, in *Memórias sobre a Escravidão* (Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Fundação Petrônio Portela, 1988), p. 133.

⁵⁰ *O Carapuceiro* (Recife), exemplar danificado no local onde se colocava o dia, mas o mês é julho de 1837.

hora gostavam tanto de citar, para comprovar que sua posição era digna de apoio, civilizada, porque não dizer mesmo, européia. No fim da era napoleônica houve um surto de imigração francesa para o Brasil.⁵¹ O encanto das elites letradas com o imaginário de um país distante certamente facilitou a vida dos imigrantes franceses, alguns dos quais foram parar no Recife.

Na década de 1840, havia francesas oferecendo-se nos jornais para ensinar a língua, tocar piano, dançar e costurar de acordo com o figurino francês. Mas havia também brasileiras que sabiam costurar, e buscavam emprego em loja “francesa”, que eventualmente poderia também precisar dos préstimos de uma escrava de aluguel que conhecia toda “qualidade de costura” própria para aqueles estabelecimentos.⁵² Vauthier narrou em seu *Diário* as diversas ocasiões em que esteve reunido com damas da sociedade, presenciando algumas intimidades das salas de visitas. Numa delas, encontrou-se com umas quinze senhoras da sociedade pernambucana. Achou todas feias, pior até: fúteis. Mas notou que os vestidos eram confeccionados em Paris ou pelo menos copiavam os padrões das revistas francesas de moda.⁵³

Os periódicos dos anos 1830 e 1840 testemunham mudanças graduais, porém concretas. As mulheres dos estratos médios e altos eram cada vez mais vistas nas ruas do Recife. As *presepadadas* populares, os bumbas-meu-boi e lundus, que tanto incomodavam os moralistas, expressavam mudanças que alcançavam as camadas médias urbanas. A participação nesses folguedos de mulheres que não eram negras nem escravas é um indício do afrouxamento dos velhos costumes patriarcais de reclusão feminina, que mesmo em declínio ainda teimavam em não desaparecer, reconhecia Nísia Floresta na metade do século.⁵⁴ As mulheres reagem aos códigos de conduta que lhes eram impostos. Cada camada a seu modo.

⁵¹ M. B. Nizza da Silva, *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*, Lisboa, Estampa, 1993, pp. 238-239.

⁵² *Diário de Pernambuco* (Recife), 15/01/1845, 01/02/1845, 11/03/45.

⁵³ Vauthier, *Diário*, vol. 2, p. 555. Viajantes na Bahia fizeram observações análogas. Ver Adriana Dantas Reis, *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*, Salvador, EDUFBA/Centro de Estudos Baianos, 2000, cap. 1, *passim*.

⁵⁴ Floresta, *Opúsculo*, p. 121.

Nos bailes, as elites já haviam adotado hábitos “franceses”, como “dar beijocas nas senhoras”,⁵⁵ algo só possível ou com a condescendência masculina, ou como conquista feminina – ou mais o lógico: um pouco dos dois. No carnaval de 1848, um baile no Recife tentava seguir à risca o que se fazia na francófila corte carioca. Começando ainda cedo, a dança terminaria às 3 da manhã. Cada detalhe das regras da festa era acompanhado da explicação: era assim que se fazia no Rio. Inclusive na parte que dizia ser terminantemente proibido tentar tirar a máscara dos presentes, preservando-se a identidade das pessoas, mesmo que, lá no fundo, todos soubessem quem era quem.⁵⁶ Namorar já não era mais apenas ser “janeleira”.⁵⁷ Para Vauthier, as damas que freqüentavam os saraus e serviam chá à inglesa já não eram tão passivas. Talvez ele tenha interpretado erroneamente os códigos locais, ou quisesse apenas contar vantagem, já que elaborou seu diário pensando em publicar. De uma forma ou de outra, afirmou que várias mulheres, tanto casadas como solteiras, tentaram seduzi-lo, para regozijo do pedante viajante francês, que em seus escritos deixou claro seu desprezo pelos brasileiros e brasileiras.

Descontando o racismo sempre implícito nas relações cotidianas, por vezes os anunciantes preferiam trabalhadoras livres, devido ao nível de especialização exigido pela atividade, como engomar, por exemplo. Em 1845, um anúncio buscava encontrar “uma ama para casa de pouca família, que saiba engomar perfeitamente, preferindo-se portuguesa”.⁵⁸ Essa especialização também poderia servir para se treinar cativas. Um outro anunciante, no mesmo ano, queria uma “mulher portuguesa” ou de outra qualquer nacionalidade estrangeira que soubesse “engomar perfeitamente” para ensinar o ofício a escravas.⁵⁹ O emprego, portanto, poderia até ser bem pago, mas no longo prazo treinava-se cativas. Isso certamente contribuía mais ainda para comprimir os salários das trabalhadoras livres e libertas, que terminavam preteridas pelas escravas nos empregos oferecidos em alguns domicílios que funcionavam como ver-

⁵⁵ *O Carapuceiro* (Recife), 19/10/1842.

⁵⁶ *Diário de Pernambuco* (Recife), 18/02/48.

⁵⁷ *O Carapuceiro* (Recife), 14/07/1832.

⁵⁸ *Diário de Pernambuco* (Recife), 04/03/1845.

⁵⁹ *Diário de Pernambuco* (Recife), 08/07/1845

dadeiros empreendimentos mercantis, fornecendo doces, armando bandejas e costurando roupas para a clientela, como acontecia na casa número 25 na rua das Trincheiras, em 1845.⁶⁰

Vale a pena ressaltar que o mercado de trabalho aqui tratado não era plenamente monetizado. Pesavam controles e entraves alheios às leis de mercado. As práticas econômicas da relação primária escravo(a)-senhor(a) transbordavam para o resto da sociedade. Pagavam-se dívidas com favores ou trabalho direto. Praticamente tudo podia ser trocado sem moeda sonante. Como observou June Hahner, na primeira metade do século XIX, provavelmente apenas uma minoria das mulheres conseguia efetivamente viver só da remuneração dos seus empregos no Brasil.⁶¹ Os laços do clientelismo e dependência, que permeavam as relações sociais, permitiam a existência de formas de pagamento alternativas visando compensar os baixos salários, que eram irregulares, flutuantes, por que não dizer incertos até? A expressão popular “casa, comida e roupa lavada”, ainda em uso no Recife atual, é o resumo de uma contrapartida não monetária ao trabalho doméstico. Contrapartida concreta, certa, à qual se acrescentava (ou não) dinheiro incerto, dependente do sucesso financeiro dos patrões e da satisfação com o (a) empregado(a). Em 1847, um anúncio oferecia a alguma pessoa forra o “comer e vestir, bom agasalho”, desde que “queira se sujeitar a algum serviço”.⁶²

E serviço havia muito. As rotinas de um lar podiam ser intermináveis, cheias de pequenos detalhes que acabavam ocupando várias pessoas ao mesmo tempo.⁶³ Sempre curioso a respeito dos hábitos domésticos dos brasileiros, em 1817, Tollenare achava que uma “casa decente” precisava de pelo menos uns dez ou doze cativos para o serviço.⁶⁴ É possível que houvesse exagero nas palavras do viajante. Mas nunca se

⁶⁰ *Diário de Pernambuco* (Recife), 18/03/1845.

⁶¹ Hahner, “Women”, p. 89. Veja-se ainda Maria Beatriz Nizza da Silva, “Colonização portuguesa no Brasil: a população feminina e sua sobrevivência econômica no fim do período colonial”, *Revista de Ciências Históricas*, nº 6 (1991), pp. 257-269.

⁶² *Diário de Pernambuco* (Recife), 02/10/1847.

⁶³ Leila Algranti, “Família e vida doméstica”, in Fernando Novais e Laura de Mello Souza (orgs.), *História da vida privada no Brasil* vol. 1 (São Paulo, Companhia das Letras, 1997), pp. 143-150.

⁶⁴ Tollenare, *Notas*, p. 269.

deve subestimar os hábitos suntuários do patriarcado urbano. As mansões mais ricas deviam ter senzalas repletas, mesmo que também empregassem governantas estrangeiras e jovens, escravas ou não, objetos dos ciúmes das patroas, e até dos patrões contra outros homens. Em 1848, quando a Inglaterra tentava acabar com o tráfico e desencorajava seus súditos no Brasil de possuírem cativos, um comerciante inglês de grosso trato tinha pelo menos dezoito deles em sua residência.⁶⁵

Outros hábitos da sociedade patriarcal ficam claros nos anúncios em busca de amas-de-leite. Veemente ao criticar a influência do escravismo na educação das brasileiras, Nísia Floresta apontava o hábito de não amamentar os filhos como uma das práticas nocivas na metade do século passado. Era a escrava quem cuidava disso e de tudo o mais das crianças.⁶⁶ A mãe-de-leite ocupava um nicho especial na hierarquia das escravas domésticas. A impregnação certamente ligava a criança à escrava. Junto com mordomos e outros cativos que conviviam diariamente com os senhores, as amas de leite terminavam influenciando significativamente na vida senhorial. Não poucas escravas foram capazes de utilizar este poder em benefício próprio buscando alcançar a alforria. Mas apesar dos laços afetivos que poderiam surgir, não havia impedimentos legais à venda ou abandono na velhice.

Da perspectiva das mães não havia porque incentivar os filhos a amar uma concorrente dos afagos e sorrisos infantis. A mitologia em torno das amas de leite, confirmada em quadros e fotografias, é masculina e patriarcal. A ama de leite era um objeto. Um objeto querido, mas ainda assim um objeto. Da perspectiva da negra, amamentar o rebento da sinhá era tirar momentos preciosos de convivência com o próprio filho. Isso sem falar da imensa dificuldade de construir uma vida própria. Claro que uma mulher pobre, mesmo que livre, teria que se sujeitar ao emprego possível. E sempre houve amas de leite brancas no Brasil, tal como na Europa. Mas ao menos teoricamente havia alternativas. Uma mulher branca, por exemplo, apesar de mãe de criança pequena se ofereceu para “ama seca” (ama sem leite) em 1845.⁶⁷

⁶⁵ Cowper to Palmerston, Inclosure n. 92, 22/12/1848.

⁶⁶ Floresta, *Opúsculo*, pp. 93-98.

⁶⁷ *Diário de Pernambuco* (Recife), 12/02/1845.

Devido à necessidade de um justo controle, de ficar dia e noite com a criança, é que às vezes os interessados em amas-de-leite preferiam alugar ou comprar cativas.⁶⁸ Daí porque eram valorizadas as que tinham filhos já “desimpedidos”, ou seja, que não precisavam mais mamar ou de quem deles tomasse conta. Ou mais cruel ainda: jovens que perderam os filhos e tinham que continuar amamentando sem serem mães, como a “mulata sem filho”, de 16 anos, “criada recolhida” e “com bom leite de primeira barriga”, posta a venda em 1845.⁶⁹ *O Popular* aconselhava as mães a cuidarem dos seus filhos, ao invés de entregá-los às amas-de-leite, a quem as crianças terminavam se afeiçoando. Enciumadas as mães reagiam: “O meio de remediar este inconveniente é inspirar aos filhos desprezo às amas, tratando-as como verdadeiras criadas”. Cedo, portanto, aprendia-se a “ingratidão”, criticava a folha.⁷⁰ Os anúncios costumavam indicar quando uma cativa fugia com *cria*. Talvez tenha sido a dor da perda de um filho, que não podia cuidar a contento, a razão da fuga de uma preta de “bom leite e sendo capaz de criar”, em 1831.⁷¹

No espaço doméstico, a proximidade física era inevitável. Isso tinha implicações no terreno sexual, nas relações entre os gêneros e entre as proprietárias e suas cativas. As sinhás, tão soberbas ao castigar os(as) cativos(as), eram compelidas a aturar os deslizos e abusos dos marmanjos da família. Não é razoável supor que aceitavam sempre caladas, conformadas, os avanços sexuais dos homens da casa sobre as amas. Na ideologia racial dominante devia ser muito humilhante saber, quando não testemunhar, os maridos, filhos, amantes e pretendentes assediando pessoas de condição escrava. O nascimento de crianças mestiças era a prova material da infidelidade, que devia revoltar muito as sinhás e sinhazinhas, por vezes condenadas a conviver com cativas que a vida transfigurara em rivais. Dizia *O Popular* sobre a bastardia: “podemos desafiar a família mais presunçosa do Brasil, que se mostre em todos os seus ramos desligada da gente parda, e que não tenha parentes nesta classe ao menos por linhas travessas [sic]”.⁷²

⁶⁸ *Diário de Pernambuco* (Recife), 11/03/1845, 02/07/1847.

⁶⁹ *Diário de Pernambuco* (Recife), 31/01/1845.

⁷⁰ *O Popular* (Recife), 25/08/1830.

⁷¹ *Diário de Pernambuco* (Recife), 08/01/1831.

⁷² *O Popular* (Recife), 09/06/1830.

Para preservar a honra da família e evitar a convivência, vender podia ser uma solução. Talvez tenha sido essa a razão de dois anúncios, tão iguais que parecem cópia. Em 1840, uma escrava de 16 a 17 anos era vendida com sua “cria”, um “mulatinho” de quatro meses.⁷³ Sete anos depois, era posta a venda uma crioula “preta” de 16 a 18 anos com seu filho, um “mulatinho” também com apenas quatro meses.⁷⁴ O fato dos anunciantes não saberem ao certo a idade das duas jovens, mães de crianças mestiças, indica que elas não eram “crias” da casa. Eram adolescentes que já haviam sido antes objetos de transação mercantil. A insegurança da condição escrava mostrava-se novamente no momento da gravidez. Para as negras, portanto, a situação era extremamente dura. Sobreposta à condição escrava, pesavam exigências morais específicas da condição feminina numa sociedade patriarcal. Não era sem razão que, no terreno sexual, muitas sinhás percebiam as cativas como concorrentes, o que certamente fomentava o ódio de classe dentro do mesmo gênero.

O resultado é que as amarras do cativeiro pesavam mais sobre as mulheres: havia escravas de fato aprisionadas nos sobrados urbanos. A reclusão era um atributo que valorizava a mercadoria. Alguns anúncios enfatizavam entre as qualidades da doméstica o fato de ter sido criada “recolhida”. A expressão ecoava as práticas conventuais, indicando uma vida sob rigor e vigilância constantes. Uma “mulatinha” de 18 anos, à venda em 1845, era considerada “ótima para mucama por ser recolhida”.⁷⁵ Outras eram anunciadas da mesma forma, como se fossem modelos de conduta, tal como a “parda, moça bastante recolhida, muito sábia e sem vícios...”, posta a venda em 1847.⁷⁶ A fuga para essas mulheres devia ser mais difícil. Mas tudo se aprende na vida.

A africana Rosa, por exemplo, tinha mais de 50 anos quando fugiu no dia 13 de julho de 1848. Era “recolhida e pouca prática tem de andar na rua”, segundo o anúncio de sua fuga. Saíra de casa sob o pretexto de ir a missa. Desconfiava-se que estava escondida em alguma casa.⁷⁷ No dia 6

⁷³ *Diário de Pernambuco* (Recife), 03/02/1840.

⁷⁴ *Diário Novo* (Recife), 21/07/1847.

⁷⁵ *Diário de Pernambuco* (Recife), 02/01/1845.

⁷⁶ *Diário de Pernambuco* (Recife), 08/07/1847.

⁷⁷ *Diário de Pernambuco* (Recife), 26/07/1848.

de fevereiro do ano seguinte, Rosa, apesar dos seus 50 anos, novamente desaparecia. Vale a pena imaginar o Recife do qual ela sumiu. A Insurreição Praieira começou em novembro de 1848. No dia dois de fevereiro de 1849 os rebeldes praieiros tentaram invadir a cidade. Quatro dias depois, Rosa fugia de uma cidade cujos bairros centrais estavam ocupados por tropas imperiais e pela guarda nacional. Era “recolhida”, enfatizava novamente o anúncio. Andava sempre com lenço na cabeça e no pescoço. Mais uma vez, o anunciante afirmou que Rosa não conhecia as ruas da cidade, por isso desconfiava que poderia estar escondida em alguma casa. Conformado com o fato de sua cativa ter se tornado uma fujona, arrematava no final do anúncio: “Também não se duvida vendê-la”.⁷⁸

Enquanto isso, as relações afetivas entre os próprios escravos eram dificultadas dentro do sobrado, onde havia controle e segregação sexual. Descrevendo minuciosamente a distribuição do espaço interno dos sobrados do Recife, o engenheiro Vauthier observou que as cativas dormiam no primeiro andar, enquanto os escravos ficavam no térreo, separados do primeiro andar por uma porta em cima da escada, trancada por dentro.⁷⁹ As fugas dos altos sobrados do Recife eram mais difíceis, embora pudessem acontecer, como no caso da angolana Narcisa que desceu por uma corda do sótão de um sobrado na rua da Concórdia. Tão alto que o anunciante tinha certeza que suas mãos estavam marcadas pelas cordas.⁸⁰ Atrevida, Leopoldina fugiu depois de vendida. Recapturada, “amarrada de braço”, foi trancada num primeiro andar de janelas altas e ainda assim desapareceu “auxiliada de fora por malungos ou amantes”.⁸¹

A rua era perigosa para todos, pois era nela que transitavam não apenas os larápios e prostitutas, mas também os capitães-do-mato, os inspetores de quarteirão, os homens da ordem, sempre ríspidos com negros e negras. Mas era fora de casa que se ficava realmente além dos olhares senhoriais. Era possível interagir com negros e negras de

⁷⁸ *Diário de Pernambuco* (Recife), 09/02/1849.

⁷⁹ Vauthier, *Diário*, vol. 2, p. 822.

⁸⁰ *Diário Novo* (Recife), 10/05/1847.

⁸¹ *Diário de Pernambuco* (Recife), 14/10/1847.

outros senhores e experiências existenciais diversas. Aprendiam-se coisas que não eram do interesse da classe proprietária. Pode-se inferir que os cativos e cativas que conseguiam conquistar o direito de morar fora davam um passo adiante no caminho da liberdade. Tornava-se mais fácil tecer malhas afetivas, étnicas e políticas com outras pessoas dentro de um plano menos desigual, mesmo levando-se em conta os contrastes existentes no caldeirão multiétnico que era o mundo dos escravos no Brasil durante a vigência do tráfico atlântico. O caso da africana livre Cândida, narrada acima, exemplifica bem essas possibilidades. Cândida havia construído uma rede de relações pessoais que foram instrumentais no momento em que tentou antecipar a concessão de sua emancipação.

Dentro do lar senhorial era muito mais difícil tecer malhas afetivas e amizades concretas. E o maior problema aqui nem sempre eram os homens da casa. Não é um mito a tensão latente entre as sinhás e suas cativas. Os ciúmes despertados pelas negras e negrinhas da casa não apenas podiam quebrar a paz conjugal, como tornava ainda mais acre o azedume natural da relação senhora-escrava. Em parte esse tempero explica muito da tirania das sinhás no trato diário com suas empregadas domésticas. Henry Koster comentou a crueldade das patroas. Maria Graham chegou a intervir junto com outros ingleses, ao ver uma branca espancar e torcer os braços de uma menina.⁸²

Nos jornais, eventualmente aparecem narrativas de outros episódios, no mínimo, mal contados. Num deles, uma senhora, parente de um político importante, foi acusada de ter ido pessoalmente à casa de uma forra, onde mandou um escravo seu aplicar-lhe uma surra. Não contente ainda tocou fogo na casa da pobre mulher. O que teria acontecido de

⁸² Koster, *Viagens ao nordeste do Brasil*, p. 375. Maria Graham, *Diário de uma Viagem ao Brasil (e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823)*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1956, p. 105. [orig. 1824]. Nos EUA existem casos bem documentados de cativos que, quando nasceram, foram quase mortos pelas esposas de seus pais brancos. Sobre as implicações freudianas dessa relação vide: Nell Irving Painter, "Of Lily, Linda Brent and Freud: A Non-Exceptionalist Approach to Race, Class and Gender in the Slave South", in Catherine Clinton (org.), *Half Sisters of History: Southern Women and the American Past* (Durnham e Londres, Duke Univesity Press, 1994), pp. 93-109. Veja-se ainda: Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1980, pp. 337-338.

tão grave, a ponto de uma mulher da elite expor em público sua íntima sordidez, dissipando a pouca honra que talvez ainda lhe restasse?⁸³ E qual seria a razão para uma família vender às pressas uma africana de apenas quinze anos, de “bonita figura, muito sadia” estando ela “prenha em dias de parir”, dizendo que 400 mil réis era o “último preço”?⁸⁴

A negra estava exposta ao assédio e estupro por parte dos senhores, seus filhos e agregados, e ainda sofria o ciúme das esposas traídas. As sinhás enciumadas vingavam-se da maneira mais fácil: infernizando a vida das negras e pardas da casa, anunciadas ao lado de “chicotes de superior qualidade”, como uma “perfeita cozinheira e compradeira”, em 1846.⁸⁵ Estudando a Europa moderna, onde os patrões também assediavam suas empregadas domésticas, Bridget Hill sugeriu que as “melhores” patroas deviam ser as viúvas e as solteironas convictas.⁸⁶ É impossível julgar precisamente as formas de tratamento dos escravos. As variáveis em jogo chegam ao infinito. Mas uma coisa é certa: a tensão sexual podia explodir qualquer tentativa de negociação.

Ante tanta tensão, pode-se dizer que a família nuclear patriarcal tinha na prostituição uma de suas bases de sustentação. Ao recorrer à prostituta, o homem casado evitava que suas frustrações afetivas e sexuais transbordassem do leito conjugal para o recinto onde dormiam as amas. Saciada a libido, mantinha-se mais facilmente indiferente, tanto para a esposa quanto para as possíveis beldades sob seu jugo. O sexo pago, fora do lar, era a válvula de escape que lhe ajudava a relevar tudo que faltava na relação conjugal e ainda evitava a desonra do lar. À esposa restavam poucas alternativas seguras além da renúncia pura e simples. Amores furtivos eram possíveis. Sempre foram, haja vista a extensa obra de Machado de Assis. Mas a honra masculina era facilmente lavada com sangue. O mais comum devia ser o vazio afetivo compartilhado por todos os condenados à ausência do amor romântico expresso na literatura dos folhetins do século XIX. Alguns poucos cro-

⁸³ *O Lidador* (Recife), 30/10/1847.

⁸⁴ *Diário de Pernambuco* (Recife), 24/01/1840.

⁸⁵ *Diário de Pernambuco* (Recife), 18/11/1846.

⁸⁶ Bridget Hill, “Algumas considerações sobre as empregadas domésticas na Inglaterra do século XVIII e no Terceiro Mundo hoje”, *Varia História*, n° 14 (1995), p. 32.

nistas seguiam as receitas dos livros sobre o amor conjugal, bastante populares na Europa nessa época. Para *O Popular*, era preciso que as luzes do século também chegassem ao leito conjugal. As esposas deveriam continuar sendo “amantes”. Só assim era possível afastar o tédio da relação, sem ameaçar os ideais do casamento e da família nuclear considerada civilizada.⁸⁷

Já os filhos nascidos das relações entre senhores e escravas poderiam ser ou não alforriados. Estudiosos da escravidão observaram que era grande a quantidade de crianças listadas entre os libertos nos livros cartoriais, um forte indício de que alguns senhores tomavam essa medida devido aos laços afetivos, remorso, ou simplesmente pela vergonha que seria ter um filho cativo.⁸⁸ Mas nem sempre os proprietários agiam dessa maneira. Devia haver até pressão familiar em contrário; afinal de contas a manutenção do cativo dos filhos bastardos era uma das vinganças facultadas às sinhás contra filhos que não eram seus. Conhecedor desses

⁸⁷ *O Popular* (Recife), 18/08/1830. A proliferação de prostíbulos afrancesados na entrada do século XX iria colaborar com a essa cruzada buscando reduzir o contato físico com as negras. Contato inevitável dentro de casa, onde as cativas faziam de tudo, pois qualquer trabalho manual era mal visto. A moral burguesa implantada na virada do século XX aprofundou a higienização do espaço doméstico e do próprio espaço público, ao delimitar mais rigorosamente a área da “zona”. Ir para a zona era a válvula de escape para a libido masculina, servindo ainda para preservar a virgindade das moças brancas e a pudicícia do lar, onde o erotismo, quando existente, era reservado à alcova do casal. Veja-se Marthá de Abreu Esteves, *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro na Belle Époque*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; Margareth Rago, *Os prazeres de noite*.

⁸⁸ A predominância de mulheres e crianças entre os libertos foi observada em estudos sobre várias partes do Brasil: Peter Eisenberg, *Modernização sem mudança*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, pp. 179-182; Lúgia Bellini, “Por amor e por interesse: a relação senhor-escravão em cartas de alforria”, in João José Reis, (org.) *Escravidão e invenção da liberdade* (São Paulo, Brasiliense, 1988), pp. 73-86; Mieko Nishida, “Manumission and Ethnicity in Urban Slavery: Salvador, Brazil, 1808-1888”, *Hispanic American Historical Review*, vol. 73, n° 3 (1993), pp. 361-391; Mary Karasch, “Slave Life in Rio de Janeiro” (Tese de Doutorado, University of Wisconsin, 1972), pp. 507-508; Regina Célia Lima Xavier, *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*, Campinas, UNICAMP, 1996, p. 41; Ricardo Tadeu Caires Silva, “Os escravos vão à justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade, Bahia, século XIX” (Dissertação de Mestrado, UFBA, 2000), p. 61. Baseada em fontes sobre São Paulo, sugere Eni Mesquita Samara que as alforrias de filhos resultantes dessas uniões tornaram-se mais comuns depois da década de 1840. Eni de Mesquita Samara, “Patriarcalismo, família e poder na sociedade brasileira (séculos XVI-IX)”, *Revista Brasileira de História*, n° 22 (1991), p. 20.

detalhes da relação entre o pai, o filho escravo e os demais membros da família paterna, Burlamaque comentou: “um senhor de escravas quase nunca liberta os filhos que teve de suas escravas e exige deles todos os trabalhos e a submissão que requer dos outros”.⁸⁹

E mais adiante: “A ternura que um pai manifesta a respeito de um filho nascido de escrava é geralmente considerada um ato de fraqueza ou, antes, como uma loucura. Dar-lhe a liberdade é despojar-se de uma propriedade útil, é uma espécie de roubo feito a seus filhos legítimos. Assim quase sempre tal filho fica confundido com outros escravos e é vendido, trocado ou transmitido”.⁹⁰

Miridan Knox Falci apontou para a ambigüidade da posição da cativa-amante. A idéia de que a mulher era apenas um vaso, onde o homem depositava sua semente, poderia beneficiar a posição dos rebentos de uma relação ilícita. Por outro lado, essa mesma representação da mulher apenas reforçava a imagem desumana que se tinha da escrava, reduzindo as chances de alforria para ela e seus filhos mestiços.⁹¹ Até agora, pelo que diz nossa historiografia, não era comum a criação de escravos no Brasil. Nos Estados Unidos, todavia, elas eram uma realidade. O caso de Luís Gama, vendido pelo próprio pai, choca, mas não deve ter sido excepcional.

Na comarca do Recife, as mulheres representavam 60,8 por cento dos 4.068 libertos listados em 1827.⁹² Numa outra contagem, feita em 1842, elas somavam 54,4 por cento dos 2.894 libertos.⁹³ Neste ponto, Pernambuco não diferia muito do restante do Novo Mundo, onde as mulheres predominavam entre os alforriados. A historiografia sobre o assunto tem demonstrado que a imensa maioria das alforrias femininas era onerosa ou implicava no cumprimento de alguma condição por

⁸⁹ Burlamaque, “Memória analítica”, p. 132.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 133.

⁹¹ Miridan Knox Falci, “Alforrias de escravos: um estudo de relações sociais”, *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, nº 10 (1995), pp. 64-65.

⁹² “Mapa geral da população da comarca do recife, marcando as idades, sexos, classes, condições e estado dos indivíduos em 1827”, in Figueira de Mello, *Ensaio sobre a Estatística*.

⁹³ “Mapa estatístico da população da comarca do recife, distribuída segundo as idades, com declaração da condição, cor e naturalidade dos habitantes, ano de 1842”, in Figueira de Mello, *Ensaio sobre a Estatística*.

parte do cativo.⁹⁴ Regra geral, a manumissão só era possível devido ao apoio dos próprios negros e negras que teciam malhas de solidariedade com pessoas fora do cativeiro. Os homens preferiam alforriar, primeiro, a suas companheiras, filhas e irmãs, garantindo assim a liberdade dos descendentes. Como as mulheres e crianças geralmente valiam menos, era mais fácil conseguir os recursos necessários. Caso a oferta não fosse aceita, a ameaça de fuga era um poderoso instrumento de pressão em favor dos cativos.

A alforria feminina também era mais facilmente aceita pela ordem escravista, porque, ao ser liberta, a mulher não deixava o gênero ao qual pertencia. Vários dos espaços econômicos a serem conquistados após a alforria eram de antemão vedados pelo simples fato dela ser uma mulher. E quanto mais escura sua pele, mais difícil a ascensão. Em qualquer classe social, as mulheres eram ensinadas a obedecer aos pais, irmãos e maridos. Claro que nem todas internalizavam essas idéias.⁹⁵ Uma vez com a carta de alforria, evidentemente nem todas obedeciam às imposições dos códigos de conduta vigentes. Mas era esta a expectativa dos homens brancos endinheirados, o agente social que ocupava o topo da pirâmide social. As alforrias, portanto, resultavam de uma justaposição de motivos, que poderiam incluir tanto a necessidade de dinheiro por parte do senhor, como a pressão dos próprios escravos exigindo o

⁹⁴ Veja-se Maria Inês Côrtes de Oliveira, *O liberto: seu mundo e os outros*, Salvador, 1790-1890, Salvador, Corrupio, 1988; Pierre Verger, *Os libertos, sete caminhos na liberdade de escravos da Bahia no século XIX*, Salvador, Corrupio, 1992; Eduardo França Paiva, *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*, São Paulo, Annablume, 2000; Júnia Ferreira Furtado, “Pérolas negras: mulheres livres no Distrito Diamantino”, in Júnia Ferreira Furtado (org.), *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português* (Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2001), pp. 81-121.

⁹⁵ O estudo organizado por Robertson e Klein mostrou que as culturas do filo lingüístico banto possuíam um sólido alicerce androcêntrico. Mas, uma vez no Brasil escravista, a escassez de mulheres entre os cativos impunha alguns reajustes nas relações entre os gêneros. Eventualmente, algumas cativas poderiam adquirir poder dentro da comunidade escrava a ponto de inverter a equação em benefício próprio e terminar virtualmente cortejadas e até obedecidas pelos escravos. Um dos grandes problemas para a historiografia futura vai ser justamente investigar as implicações nas relações entre os gêneros deste desequilíbrio entre os sexos nas senzalas. Ser minoria poderia significar opressão, sufoco. Mas também poderia conferir poder. Claire C. Robertson e Martin A. Klein (Orgs.), *Women and Slavery in Africa*, Madison, The University of Wisconsin Press, 1983, *passim*.

cumprimento de promessas de alforria em troca de serviço eficaz por alguns anos, ameaçando fugir ou deixar-se roubar – um eufemismo para mudar de dono sem o consentimento do senhor.⁹⁶

Ante esses dados, paira uma pergunta no ar: será que sexo entre senhores e cativas aplacava realmente o zelo pela propriedade escrava, levando os homens a libertarem suas cativas de estimação? Tudo na vida é possível. Mas esta forma de compensação não se coadunava com a mentalidade da época que imputava à mulher a culpa pela sedução, ou mesmo pelo estupro. Se o senhor desejasse muito a escrava, podia, na realidade, postergar indefinidamente sua alforria, ou mesmo impedi-la por completo; afinal de contas, como disse Tollenare, até ciúmes das suas mulatas eles tinham. Como iriam renunciar tão facilmente ao uso e abuso dos seus corpos?

Eventualmente, mulheres poderosas, com imensa capacidade de persuasão, devem ter conseguido a alforria desta forma. E vamos também admitir casos extremos de envolvimento afetivo concreto entre homens poderosos e negras, como o que teria ocorrido com Chica da Silva.⁹⁷ Mas amor e sexo nem sempre andam juntos. E quando a alforria era concedida à cativa-amante, não há porque pensar que a sujeição sexual findasse. Os laços de dependência poderiam não se romper. Quem conseguiu a alforria por esta via caminhou entre os riscos da tênue linha que separava o trabalho doméstico da prostituição. É razoável supor, portanto, que tenha havido cativas que conseguiram receber e acumular recursos desta forma, empregando-os depois na compra da alforria, e outras tantas que convenceram seus amantes a libertá-las. Manipular o desejo do senhor era poder. Mas o processo não pode ser romanceado. Dificilmente, os proprietários (estupradores ou não) renunciariam a seus direitos facilmente, embora possa ter havido exceções, para confirmar as regras não escritas da vida.

⁹⁶ Sobre a alforria e suas motivações, veja-se Oliveira, *O libertado*; Sidney Chalhoub, *Visões da liberdade*, São Paulo, Companhia das Letras, 1990; Xavier, *A conquista*; Carvalho, *Liberdade*; Caires Silva, *Os escravos*; Keila Grinberg, *Liberata, a lei da ambigüidade: a ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro, século XIX*, Rio de Janeiro, Relumê-Dumará, 1994.

⁹⁷ Veja-se Júnia Ferreira Furtado, *Chica da Silva e o Contratador de Diamantes; O outro lado do mito*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

Qualquer que fosse o resultado final dessas situações fica claro que a proximidade física tinha implicações complexas no jogo político dentro do espaço doméstico. Tanto hoje em dia como no passado, estar perto do núcleo do poder é sempre uma variável a ser computada no momento em que algum agente social tenta alcançar alguma vantagem em termos de mobilidade social ou ocupacional. Comparadas aos escravos que trabalhavam no corte da cana, por exemplo, as domésticas ocupavam posições que lhes permitiam um acesso mais fácil ao centro das decisões do lar. Participar da rotina da cozinha, da limpeza da casa, da lavagem e dos cuidados com as roupas, poderia resultar numa alimentação mais farta e até algum conforto. A convivência com o cotidiano senhorial poderia abrir espaços à negociação, facilitando a alforria.

Todavia, a proximidade também trazia desvantagens. Imagine-se o grau de vigilância a que estava submetida uma escrava doméstica. A individualidade e a vida privada eram severamente limitadas. A cativa era ainda forçada a agradar o tempo todo. É admissível, repito, que a partir de uma relação assim tão pessoal muitas tenham conseguido a alforria. Mas os termos dessa mesma relação, onde a afetividade estava submetida à hierarquia, não impedia que, após anos de serviço, passando por toda a sorte de constrangimentos, fossem tratadas o pior possível e abandonadas na velhice ou na doença.

Para a escrava, portanto, mesmo sendo maior a possibilidade de alcançar a alforria ainda jovem, o caminho para a liberdade era longo e tortuoso. Nunca é muito lembrar que a alforria não era sinônimo de liberdade. Liberdade não é um dado, algo pronto e acabado, mas um processo, um permanente vir a ser. Direitos, espaços políticos, sociais e econômicos podiam ser conquistados ou perdidos no correr de uma vida.⁹⁸ A alforria tirava o cativo de fosso profundo. Mas havia ainda um longo caminho a percorrer. A terminologia jurídica sacramentava os elos entre o *libertante* e o liberto, ao tratar o primeiro como *patrono* do alforriado, explicitando uma relação de tutela. Até 1871, as alforrias eram revogáveis pelo patrono, ao qual era reservado o direito de exigir a lealdade do liberto. A relevância da alforria reside na transformação

⁹⁸ Carvalho, *Liberdade*, cap. 10.

legal de uma coisa em pessoa. Era concedido o direito de formar família e adquirir propriedade. Mas era só o direito que era adquirido e não a realidade da socialização e inserção plena no mundo dos livres – uma conquista que dependia da própria liberta.

A maior garantia para uma liberta poder continuar trilhando o caminho da liberdade, eram as malhas de relações significativas tecidas através da vida. Sendo a liberdade um trajeto, num extremo existia pertença, autonomia e propriedade, no outro pairava, pesada, a possibilidade da re-escravização legal, ou mesmo ilegal. Ao definir o crime de escravização de pessoa livre, o Código Criminal de 1830 cominava a pena de três a nove anos de cadeia para o infrator.⁹⁹ A perspectiva de punição inibe, mas não impede o crime. A parda Maria Joaquina foi detida no Recife sob a acusação de ter em casa pessoas livres para vender como se fossem escravas.¹⁰⁰ Uma outra mulher chegou a encarcerar uma preta livre, sendo também detida por isso.¹⁰¹

Como a vida é incoerente, a ameaça da reescravização não vinha só de brancos, nem de estranhos. A africana Thereza ingressou com uma petição, em 1845, alegando que estava sendo mantida ilegalmente no cativeiro por um importante político da província.¹⁰² Segundo contou nos autos, tendo sido alforriada por sua senhora, vivia sem embaraço algum até que seu ex-marido, Sebastião de tal, um negro também libertado, mandou chamá-la. Ao encontrá-lo, foi “violentamente apreendida” por Sebastião e seus ajudantes e vendida, junto com um filho de dois meses, ao senhor do engenho do Meio, num subúrbio do Recife. Segundo o comprador, a patrona de Thereza não podia dispor dos bens do casal sem o consentimento do marido. Era preciso que o falecido senhor tivesse autorizado a alforria da cativa. O poder marital do proprietário

⁹⁹ *Código Penal do Império do Brasil (com observações sobre alguns dos seus artigos pelo Dr. Manoel Mendes da Cunha Azevedo)*, Recife, Typographia Comercial de Meira Henriques, 1851.

¹⁰⁰ APEJE: Prefeituras das Comarcas, Recife, 1837, 13/03/1837.

¹⁰¹ APEJE: Prefeituras das Comarcas, Recife, 1836, 09/08/1836.

¹⁰² O Proprietário era Francisco de Carvalho Paes de Andrade, que se tornou presidente da província logo após a queda de Pedro I. Era irmão de Manoel de Carvalho Paes de Andrade, presidente da Confederação do Equador, e depois da província, na metade da década de 1830.

de Thereza, portanto, operava em favor do comprador e do liberto que vendeu a ex-esposa. Como os autos estão incompletos, não sabemos os desdobramentos do caso.¹⁰³

Se levarmos em conta o universo coercitivo imposto às negras, fica fácil perceber que, ainda mais do que aos escravos, interessava a elas a conquista de espaços ainda dentro do cativo, ou então tentar conseguir a alforria o mais depressa possível. E aí, mesmo que o preço fosse pago com os frutos do seu trabalho, com empréstimos ou doações de parentes e companheiros, o senhor ou senhora estava na ponta final do processo. Era ele ou ela a única pessoa fora do sistema judicial que poderia conceder a liberdade legal. Era inevitável negociar. Ceder até, sujeitando-se às regras do jogo. Ser uma fiel e leal serva do(a) senhor(a), ou ao menos fingir que era.

A possibilidade de fingir, de mentir, de ser desleal aparentando o contrário, merece alguma discussão. Os escravos empregados em atividades que permitiam um contato mais próximo com os brancos tinham a oportunidade de aprender a difícil arte de “gerenciamento dos brancos” (*management of whites*), na precisa expressão de Kenneth Stampp.¹⁰⁴ E isso muitas negras sabiam fazer, seja manipulando a libido dos patrões em benefício próprio, ou conquistando confiança da qual os proprietários poderiam vir a se arrepender. Tanto que não era recomendável vender os cativos da casa.¹⁰⁵ A proximidade permitia conhecer indiscrições que a família preferia guardar para si. Numa sociedade onde o que realmente contava era a comunicação oral, as relações com a vizinhança eram de extrema importância para a honra familiar.

Caso exagerado para um exemplo, mas sintomático do que poderia ser testemunhado por trabalhadores domésticos, está na petição do liberto Crecêncio Joaquim Felix Machado e sua mulher, solicitando dispensa do recrutamento, em cujas malhas caíra por obra do seu antigo senhor. Não era à toa que seu ex-senhor mandara que fosse recrutado.

¹⁰³ IAHGPE (Recife), Tribunal da Relação: Autuamento de uma petição do curador geral sobre a liberdade da preta Thereza, 1845-1847.

¹⁰⁴ Kenneth Stampp, *The Peculiar Institution: Slavery in the Ante-Bellum South*, Nova York, Vintage Books, 1956, p. 378.

¹⁰⁵ Tollenare, *Notas dominicais*, p. 147.

Após ser liberto com dinheiro emprestado por sua esposa – o que mostra que as mulheres não eram destituídas de poder – Crecêncio testemunhou em favor de sua ex-sinhá no processo de divórcio, afirmando que ela foi chamada de “puta, perua” e ameaçada de morte.¹⁰⁶ Isso foi dito numa petição em que o liberto pedia dispensa do recrutamento. Discussões desse tipo deveriam morrer no espaço doméstico. Mas a cidade inteira deve ter ficado sabendo. Os escravos domésticos ouviam e viam muitas coisas que não deveriam. Em alguns anúncios de venda de domésticas, após se descrever e elogiar as habilidades da mercadoria, era dito que o motivo da venda seria informado pessoalmente ao comprador.¹⁰⁷ Claro que o anunciante podia estar apenas economizando palavras. O motivo da venda poderia ser inteiramente banal. Mas será que era sempre assim? Havia indiscrições que não deveriam ser expressas publicamente, como a possível decadência econômica da família, ou outras razões quem sabe até libidinosas.

O estudo do emprego doméstico permite conhecer melhor algumas nuances da escravidão feminina e da gradual e complexa transição para o trabalho livre no espaço urbano. Como se sabe há muito tempo, simplificar a estrutura social no Brasil dividindo-a entre pessoas livres de um lado, e cativos do outro, é simplificar demais. Nísia Floresta argumentava que, mesmo havendo duas “classes” essenciais no Brasil, a “rica” e a “pobre”, em ambas, as mulheres estavam expostas a tensões e controles adicionais.¹⁰⁸ Controles e tensões que logicamente pesavam mais sobre as cativas.

Na metade da década de 1840, o tráfico para Pernambuco estava em declínio, restringindo a oferta de escravas num momento em que o Recife crescia, ampliando as oportunidades de emprego para mulheres livres e libertas. O discurso civilizador encorajava a educação feminina e a substituição das cativas por empregadas livres, que deveriam ser comandadas por sinhás morigeradas e trabalhadoras. O domicílio era apresentado como um microcosmo da pátria. Nele também deveriam

¹⁰⁶ APE, Petições, Petição de Crecêncio Joaquim Félix Machado e Isabel Maria da Conceição para o Presidente da Província, 07/12/1853.

¹⁰⁷ Veja-se, por exemplo, *Diário de Pernambuco* (Recife), 12/07/1847.

¹⁰⁸ Floresta, *Opúsculo*, p. 130 e *passim*.

reinar a racionalidade, a civilização. No topo de toda a hierarquia, estava o homem branco. Ao contrário do que disse Bernardo Pereira de Vasconcellos, para as elites escravistas, a África não civilizava o Brasil. Pelo contrário, o lar civilizado era aquele sem sinal de influência africana. As pressões demográficas e econômicas, derivadas do declínio do tráfico de escravos e da expansão urbana, foram racionalizadas no campo político por um discurso que, já na década de 1830, antecipava as idéias higienistas que se tornariam hegemônicas no final do século XIX. Mas havia um claro tempero racista na idéia de civilização.

Deste conjunto de processos, pode-se tirar algumas conclusões. Como este discurso atingia principalmente as famílias melhor aparelhadas para receber as notícias da Europa, eram justamente os mais educados, ricos e influentes que iriam primeiro pensar em educar suas filhas longe das negras da casa e substituir suas escravas domésticas por mulheres brancas, se possível européias. A substituição de escravas por trabalhadoras livres não era apenas um resultado do encarecimento da mão de obra escrava. Havia um discurso incentivando justamente os que tinham mais recursos a não compartilhar o cotidiano doméstico com uma multidão de cativos. As serviçais negras iriam permanecer. Mas relegadas aos espaços menos freqüentados pelos patrões e que as sinhazinhas deveriam evitar: a cozinha, a cocheira, o quintal. Ao trabalharem dentro de casa, eram supervisionadas pelas patroas e pelas governantas brancas. O paradoxo é que a transição para o trabalho livre nos sobrados do Recife, apesar de todo o discurso liberal, não eliminaria algumas das principais práticas do escravismo, como a relativa ausência de salário, a reclusão, a violência e o assédio sexual. Diz um ditado Suaíli que não existe mulher nascida livre.¹⁰⁹ No Brasil, a liberdade também tinha que ser construída a cada dia.

¹⁰⁹ Robertson e Klein, *Women and Slavery*, p. 18.